

FORMAÇÃO PERMANENTE DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MATO GROSSO: QUALIFICAÇÃO PARA APRIMORAÇÃO DA PRÁTICA OU PARA SUBSISTÊNCIA NA PROFISSÃO

Sandra Terezinha Marchiori (PPGE/UFMT) - marchiorisandra@yahoo.com.br

Marta Maria Pontin Darsie (PPGE/UFMT) - marponda@uol.com.br

GT 12 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Resumo:

Este trabalho é resultado de um estudo bibliográfico e documental, o qual procurou se entender como tem sido pensada a formação permanente do professorado na rede pública estadual de Mato Grosso (MT). Buscou se aporte teórico que auxiliasse na interpretação do modelo predominante do processo formativo praticado, considerando o Orientativo, a Instrução Normativa, o Edital do Processo Seletivo para Atribuição de aula do Estado de Mato Grosso (PAS, 2019) e a Ficha de contagem de pontos. A questão central é: como trabalhar uma formação permanente que possibilite a atualização, a inovação e o diálogo entre a teoria, o contexto e a prática educativa, tendo em vista as condições determinadas pela política de seleção de professores? Nessa busca, fez se um estudo que transita pela formação profissional, pela formação permanente dos professores, pelos caminhos da formação na escola, até chegar a todas as escolas de MT. Por fim, realizar uma análise dos critérios de pontuação estabelecidos nos documentos e no arquétipo de formação determinado, confrontando o com o modelo ideal. O que se tem como reflexão é que o padrão de formações valorizado no PAS pode propiciar conhecimento, mas, não garante à mudança necessária a prática de ensino dos professores.

Palavras-chave: Formação permanente. Atualização e inovação. Mudança na prática.

1 Considerações iniciais

A formação profissional docente é atemporal, pois inicia se na vivência como estudante, na educação básica perpassa pela graduação / profissionalização e continua por toda via profissional, seja por meio de cursos formais de extensão, aperfeiçoamentos, e/ou programas de pós-graduação. De modo não formal, na vivência do dia a dia da escola, na participação das atividades pedagógicas e culturais, na convivência com os pares e com os estudantes. Tardif (2002) ressalta que a identidade profissional vai sendo construída e moldada nesses múltiplos espaços de formação, propiciado pela atuação docente em coexistência com a complexidade de contextos e de sujeitos diversos.

Optou se pela nomenclatura formação permanente, de Francisco Imbernon (2011) por entender que, a formação inicial habilita os professores a exercer a profissão no magistério,

mas, a aprendizagem acontece diariamente no fazer pedagógico, não somente em situações pontuais e/ ou com períodos determinados.

Ao percorrer os caminhos da formação na escola, ou formação em serviço, percebe-se que o modelo praticado ao longo do tempo, tem partido de diagnóstico generalista, com formadores *expert*, cuja base instrucional se assemelha a um “treinamento” que culturaliza o professorado, mas, não propicia mudança significativa na prática docente e conseqüentemente nas aprendizagens dos estudantes. No que tange ao modelo de formação normatizado pelo Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), este, propõe ações pedagógicas de intervenção, discrimina as atividades a ser desenvolvida e a carga horária certificada para formação realizada na escola. O que se coloca em questão é a validade temporal dessa formação, o que contrapõe aos demais cursos presenciais, ou Ead, que demanda menos tempo e esforço, o que faz com que pareça vantajosa aos olhos dos candidatos a atribuição de aula para o ano posterior.

A análise realizada na ficha/ critérios de contagem e validação dos pontos, requisitos para manterem-se no emprego/ horário/ turmas e/ou escola, faz emergir algumas considerações. Primeiro, que a formação a ser realizada na escola segue na contramão dos critérios de pontuação e sobrevivência dos profissionais em seus postos de trabalho. Segundo, a formação que realiza os diagnósticos das necessidades educacionais de cada unidade fica preterida das demais, que por vezes são aleatórias, pode até culturalizar, mas não impacta positivamente na vida cotidiana da comunidade escolar. Não cumpre o objetivo da formação permanente, que é propiciar melhorias na qualidade da educação e na redução das desigualdades educacionais.

2 A formação profissional

A profissão docente é uma forma de trabalho que busca propiciar aos estudantes espaços favoráveis à construção da aprendizagem. Ser professor pressupõe a busca incessante por conhecimento teórico que fundamenta a prática educativa, de modo a possibilitar a construção de saberes significativos, que compreenda a complexidade dos sujeitos da aprendizagem como ser social, e por isso, em constante transformação. Estes sujeitos são afetados pelo contexto, seja ele no âmbito local ou global, político, social, econômico, cultural e familiar entre outros. O exercício do magistério requer formação permanente, no sentido de

compreender, aprender e aprofundar o conhecimento científico, pedagógico e didático, a partir de um estudo crítico destes saberes. A instituição de ensino campo de atuação docente, precisa ser compreendida não como um local de aprendizagens básicas, mas, como uma mentalidade, como espaço de ação, de revelação de todo um sistema de organização da vida social e, para que isso se concretize.

Deve ensinar, por exemplo, a complexidade de ser cidadão e as diversas instâncias em que se materializa: democrática, social, solidária, igualitária, intercultural e ambiental. E deve fazê-lo mesmo se em alguns lugares, estiver rodeada por uma grande 'neomiseria' ou pobreza endêmica e ante uma população (alunos, famílias, vizinhos,...) imbuída de analfabetismo cívico (IMBERNON, 2011.p. 8).

Ensinar nesse universo de complexidade exige do docente a construção de uma identidade moldada com experiência durante a profissão. Aprende-se a trabalhar de forma gradual, na medida em que avança nesses contextos múltiplos e apropria-se de técnicas, de procedimentos didáticos metodológicos, que abranja também os aspectos éticos, emocionais, afetivo, comunicativos, coletivo, comportamentais, primeiramente por princípios democráticos no ato de ensinar. Tardiff (2002) infere que esta identidade é constituída de influências do meio social, familiar, das experiências escolares com os alunos e da afetividade vivenciada com os professores, desde a educação básica, passando pela graduação (formação inicial) e vai sendo complementada, ressignificada na prática, na convivência e com os pares, nas trocas de experiência, na observação e na vivência pedagógica. Segundo o autor,

Tudo isso nos leva a valorizar a grande importância que tem para docência a aprendizagem da relação, a convivência, a cultura do contexto e o desenvolvimento da capacidade de interação de cada pessoa com o resto do grupo, com seus iguais e com a comunidade que envolve a educação (IMBERNÓN, 2011. P. 14).

Nesse sentido, o ensino sofre forte influência do contexto da formação do docente. Para Imbernón (2011) a relação entre conhecimento e o exercício da docência encontra-se fragmentado, pois apresenta traços marcantes da experiência como discente, suas concepções e crenças no que refere-se ao ato e a forma de ensinar, o controle da turma, os significados e a valorização do ensino; experiências que sobressai a vivência acadêmica na graduação, na socialização e formação inicial. Sendo esta que, lhes confere formação técnica profissional de conhecimentos específicos necessários à profissionalização e, ao ingresso na carreira docente. Seguindo dos primeiros anos de inserção ao campo educacional através do exercício da profissão, os quais, os conhecimentos específicos são testados na prática e marca a iniciação a docência; a formação permanente que busca refletir a prática, questionar os métodos, assumir rotinas de trabalho, esquemas de organização pessoal e institucional, vivencia a tentativa, o erro, a reflexão, os avanços e os retrocessos, o aprender, o desaprender para renovar e ou inovar, ou se reinventar em busca de uma identidade, ou de uma práxis pedagógica.

A diversidade contemporânea do contexto educacional, já não comporta o modelo tradicional de transmissão mecânica de conteúdos científicos específicos, tão pouco dar formalidade ao conhecimento do senso comum. Outras funções necessitam emergir dessa profissão, tais como: “motivação, luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relações com estruturas sociais e com a comunidade,... E é claro que tudo isso requer uma nova formação inicial e permanente” (IMBERNÓN, 2011. P. 14). Essa discussão põe em evidência a necessidade de entender aspectos que vai além dos traços unificantes da profissão docente. Emerge a capacidade reflexiva como característica essencial do grupo, cuja atuação parte de um processo coletivo, planejado, em que objetiva moderar as ações, o julgamento e as decisões sobre o conteúdo e a forma de instrução, tendo em vista o universo plural e complexo que traz em si, dúvidas e divergências com as quais o profissional da educação tem que adaptar se.

3 A formação continuada e/ou permanente do(a) professor(a)

São várias modalidades instrucionais realizadas após a formação inicial do professor, que se configura como formação continuada. Continuada no sentido de prosseguir, de dar sequência a um aprendizado iniciado nos bancos escolares, que perpassa pela licenciatura e prossegue continuamente, permanentemente por toda atuação no magistério. Encontram-se nesse rol, as titulações como os cursos de pós-graduação que confere títulos em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado. Os de atualização e aperfeiçoamento que são os cursos livres, a participação em programas e projetos de formação institucionalizados pela rede pública de ensino, ou cursos e eventos afins, ofertados pelas instituições autárquicas e/ou privada de educação.

Estudos revelam que houve mudanças na concepção de formação se comparados às últimas décadas do século XX. (IMBERNÓN, 2009. p.7) Inference que houve avanços, pois evidencia a “crítica rigorosa a racionalidade técnico formativa”, bem como ao modelo verticalizado de formação e sua influência, ainda perceptível na institucionalização da formação realizada nas escolas da rede pública estadual de Mato Grosso.

São perceptíveis alguns aspectos que marcaram a trajetória da formação. Por um tempo priorizou-se as produções textuais na construção de uma narrativa sobre a pertinência da formação, durante o exercício da docência. Este período foi sequenciado pela formação

prática, aplicacionista e reprodutivista com o advento dos centros de formação de professores e/ou similares, dado interesse e determinações intervencionistas, as quais têm influenciado políticas educacionais da formação permanente de professores.

Se voltar o olhar para realidade atual, é possível perceber que as mudanças não foram tão significativas. Imbernón (2009) afirma que muitas das vozes que sustentavam a bandeira da mudança e da crítica ao modelo educacional que se tornou obsoletos cansados, silenciaram e refugiaram-se em cargos administrativos ou na pré-aposentadoria. Poucas permanecem crentes de que a mudança é possível e que muito, ainda pode ser feito, mesmo tendo em vista a instabilidade profissional e as baixas remunerações. Em muitas localidades do país, prevalece a política de estado, em que a relação de trabalho coloca muitas vezes os discentes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, Ivor Goodson (1991, apud NÓVOA, 1992, p. 13) “defende a necessidade de investir a práxis como lugar de produção do saber e de conceder uma atenção especial às vidas dos professores”.

A pretensa inovação no campo da formação que objetiva refletir na qualidade educacional, precisa considerar as relações trabalhistas, administrativas, a adequação dos professores no interior desse sistema em função das expectativas profissionais, da idade, do contexto, da ascensão na carreira e a especialidade docente de sua formação.

4 O caminho para formação na escola

Historicamente o processo formativo tem sido pensado para resolver problemática dos professores em relação aos métodos de ensino. A partir de um diagnóstico genérico de situações padronizadas, especialistas desenvolvem uma proposta de estudo e de atividades modelo, para professores nivelados em termos gerais. Esse paradigma de formação desconsidera o contexto de vivência e de atuação do professor, da instituição de lotação e dos estudantes atendidos nesses locais.

Uma concepção de formação que segundo (IMBERNÓN, 2009.p.50) se aproxima de um modo de treinamento e, “muitos professores estão habituados a participar de cursos, seminários, os quais o ministrante é um *expert* que estabelece o conteúdo e o desenvolvimento das atividades”. Dada diversidade do professorado, do interesse, do contexto local ao qual fazem parte, essas formações podem proporcionar uma culturalização do professor, mas, não reverbera como inovação significativa na prática educativa. Antônio Nóvoa (1992, p.13) já

alertava que a “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim, através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal”.

Se partirmos do pressuposto que os problemas apresentados no ensino são distintos, dada diversidade dos sujeitos partícipe do processo e que soluções moldada para resolver situações padrão não às alcança de forma eficiente. Isso ocorre, uma vez que a diversidade de contexto implica em diferentes formas de pensar a educação, na construção de outra mentalidade.

Seria imprudente falar, ou sequer pensar os professores de forma genérica dada complexidade humana e social dos indivíduos. É preciso considerar que as múltiplas influências que afetam sua jornada formativa, contribuem para formar a singularidade da identidade profissional. Por isso, a opção é pensar em uma formação progressista, que implique no trabalho colaborativo entre profissionais da educação e gestão, que aproxime a prática das problemáticas educativas das instituições. Só assim, a formação pode contribuir para produção de alternativas de mudança da prática dentro do contexto do processo educativo.

Imbernon (2009, p. 61; 62) enfatiza que a formação permanente, necessita alcançar a seara das capacidades, habilidades e atitudes com metodologias fundamentadas e princípios que são pilares formativos, os quais se destacam:

Aprender de forma colaborativa, dialógica, participativa, isto é, analisar, testar, avaliar e modificar em grupo; propiciar uma aprendizagem da colegialidade participativa e não uma colegialidade artificial¹. Estabelecer uma correta sequência formativa que parta dos interesses e necessidades dos assistentes à formação. Aprender mediante a reflexão e a resolução de situações problemáticas da prática do professorado [...] em um ambiente de colaboração, de diálogo profissional e de interação social: compartilhar problemas, fracassos e êxitos. Criar um clima de escuta e de comunicação.

E nesse sentido evitar atitudes profissionais que por vezes primam pelo individualismo e a compartimentação dos saberes, situações onde cada um trabalha de forma isolada, particionando a identidade escolar que compartilham o mesmo espaço. Pinheiro² (2020) afirma que o maior desafio dos docentes de hoje é desaprender para aprender de outra forma, conhecer quem são as pessoas com as quais convivem e trabalha, construir novas narrativas,

¹ A colegialidade artificial vem amiúde provocada pela obrigação externa de realizar certos trabalhos que demandam um projeto coletivo, mas sem o necessário processo real de colaboração (Imbernon, 2009.p.61).

² Pinheiro, Walter - Tecnologia, Pandemia e Reorganização do Pensamento Educacional- Curso de Tecnologias Digitais na Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC) - professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Unmtpv4ZwSE>. 03 de outubro de 2020.

compreender que a escola não é um local onde se ministra aulas, mas uma mentalidade, uma ideologia e que a organização de um novo olhar e de um novo pensamento educacional acontece no interior de cada um, basta estar aberto a mudanças e partilhar espaços de aprendizagem colaborativa na escola.

5 A formação continuada nas escolas de Mato Grosso

Os profissionais da educação básica do Estado de Mato Grosso tem a carreira disposta na Lei Complementar nº 50 de 01 de outubro de 1998. A jornada semanal de trabalho, garante aos docentes, além da regência, um percentual da carga horária remunerada para outras atividades pedagógicas conforme Art. 38.

Fica assegurado a todos os professores o correspondentes a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) de sua jornada de trabalho semanal para atividades relacionadas ao processo didático-pedagógico. §1º-Entende-se por hora-atividade aquela destinada a preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, as reuniões pedagógicas, a articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

Dez horas semanais são destinadas a hora atividade, destas, utiliza se um percentual para projeto de formação continuada normatizada pela SEDUC, através de orientativos que chegam as escolas via Centro de Formação e Atualização profissional (CEFAPROS), o qual determina se um formador para orientar e acompanhar remotamente a escrita e o desenvolvimento do projeto, dando permissão para início dos encontros, e fiscalizando o cumprimento das etapas exigidas para posterior validação e certificação.

No ano de 2019, o documento diretriz do “Projeto de Formação denominado Da/ Na Escola³”, trouxe como referencial o Projeto Político Pedagógico e suas dimensões de diagnóstico da realidade escolar. Neste projeto político estão inseridas as orientações do projeto de formação, que faz parte de um sistema de Registro e monitoramento eletrônico utilizado pela gestão da Educação em Mato Grosso. Na esteira desse diagnóstico realizado em toda rede para o ano de referência, traz como objeto do projeto da formação, a Prática pedagógica e a Intervenção. Em seu bojo, este documento afirma que “entende se por Prática Pedagógica toda ação destinada a promover aprendizagem por estar vinculada a um contexto

³ A expressão *da e na* escola implica no reconhecimento de um espaço formativo exclusivo para essa unidade escolar, baseado no diagnóstico de sua realidade. A escola enquanto locus de formação dos seus profissionais representa a valorização do seu contexto e dos saberes que são próprios de sua cultura de maneira a potencializar os elementos indispensáveis à valorização e fortalecimento da autonomia da escola, dos seus profissionais e de seus estudantes. (MATO GROSSO, 2019).

sóciohistórico. A prática pedagógica se constitui como uma prática social” (ZABALA, 2000, p. 12-13, apud. Mato Grosso, 2019), ou seja, é também uma ação rotineira do ofício docente voltada à organização de espaços de construção de conhecimento. No entanto, o universo educacional é plural e abarca uma considerável diversidade de indivíduos e de contextos, bem como desníveis de instrução e multiplicidade de interesses. Com o diagnóstico geral sobre o nível de aprendizagem dos alunos, o orientativo sugere ações de recuperação e complementação do ensino. Aponta a intervenção pedagógica como estratégia didática a ser implementada em situações pontuais, em determinados indivíduos ou em grupos com defasagem de aprendizado. A denominada Intervenção Pedagógica;

é percebida como uma interferência realizada pelo professor ou por outros profissionais da educação no desenvolvimento da aprendizagem do sujeito ou grupo de sujeitos quando há evidências de problemas na aprendizagem, bem como outras demandas formativas dos estudantes que necessitam de ações pontuais para sua modificação (MATO GROSSO, 2019).

A citada modificação da aprendizagem demanda dos docentes, estudo de referenciais teóricos que proporcione o conhecimento necessário à elaboração de planos e/ou projetos de intervenção, partindo de perspectivas (disciplinares, multidisciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares) que possibilite a utilização de estratégia metodológica diferenciada, com vistas a superar a dificuldade e o déficit de aprendizagem dos estudantes.

O projeto de formação continuada da/ na escola compreende as seguintes etapas: elaboração, homologação pelo CEFAPRO (01/04/2019 a 15/05/2019), para posterior execução das atividades planejadas, avaliação e relatoria por parte dos coordenadores pedagógicos. Com carga horária mínima de 80 horas (03 horas semanais) a escola tem a autonomia de escolher duas possibilidades para sua distribuição, sendo 60h ou 50h para estudos dos referenciais teóricos, e 20h ou 30h para a intervenção pedagógica. O projeto maior (o de formação da escola) abriga os planos de intervenção dos profissionais da educação da unidade, cujas etapas são definidas no Documento Orientativo do Projeto de formação Da/Na a escola (2019) nos seguintes termos:

A concessão das 20h ou 30h de intervenção pedagógica definidas no Projeto de Formação da/na Escola dar-se-á, obrigatoriamente, da seguinte forma:

- a) Elaboração do Plano de Intervenção,
- b) Relatório de Resultados (avaliação somativa) e
- c) Relatório Final/global, Artigo Científico (Relato de experiência), Portfólio ou Banner (avaliação global);

Ao final do processo da formação com a conclusão das etapas, atendendo os critérios exigidos bem como o cumprimento da carga horária, a formação é certificada. Este certificado é utilizado conforme normativa de contagem de pontos, requisito necessário ao Processo

Seletivo Simplificado – PSS do Processo de Atribuição SEDUC - PAS⁴ para atribuição de aula no ano seguinte. Os quadros I e II abaixo apresentam os formulários usados na contagem de pontos com especificações criteriosas de cada item:

QUADRO I

ANEXO I-FORMULÁRIO DE SELEÇÃO CONTRATO TEMPORÁRIO – PROFESSOR			
4.0 FORMAÇÃO/TITULAÇÃO - (4.1 MAIOR TITULAÇÃO)			
ÍTEM	CRITÉRIOS	SUB-CRITÉRIOS	INDICADORES
.1	Pós-Graduação	Doutorado	80,0 pontos
		Mestrado	60,0 pontos
		Especialização	30,0 pontos
	Graduação	Graduação	20,0 pontos
		Licenciatura Plena	10,0 pontos
5.0 FORMAÇÃO CONTINUADA			
5.1	a) Projeto de Formação Continuada da/na Escola do ano vigente, cursos de Formação Continuada, palestras, seminários, minicursos e conferências na área de educação em instituições reconhecidas pelo MEC - com limite máximo de 5,0 pontos expedidos – (Certificados válidos apenas dos últimos três anos, <u>com exceção ao Projeto de Formação Continuada da/na Escola que deve ser do ano vigente</u>).		0,5 pontos p/ cada 40 horas Limite 5 pontos
5.2	a) Curso específico no componente curricular, ou função de atuação em instituições reconhecidas pelo MEC- (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos)		0,5 para cada 40 horas Limite 5 pontos

Fonte: EDITAL DE SELEÇÃO Nº 007/2019/GS/SEDUC/MT.

QUADRO II⁵

ANEXO I-FORMULÁRIO DE SELEÇÃO PROFESSOR – EFETIVO			
4.0 FORMAÇÃO/TITULAÇÃO - (4.1 MAIOR TITULAÇÃO)			
ÍTEM	CRITÉRIOS	SUB-CRITÉRIOS	INDICADORES
4.1	Pós-Graduação	Doutorado	80,0 pontos
		Mestrado	60,0 pontos
		Especialização	30,0 pontos
	Graduação	Licenciatura Plena	20,0 pontos
		Bacharelado/Tecnólogo/Licenciatura Curta	10,0 pontos
	Ensino médio	Magistério	05,0 pontos
5.0 FORMAÇÃO CONTINUADA			
5.1	<u>Cursos de Formação Continuada, Projeto de Formação Continuada da/na Escola do ano vigente:</u>	75 %	5,0 pontos
		85 %	6,0 pontos
		95 %	7,0 pontos
		100 %	10,0 pontos
5.2	a) Cursos de formação continuada, ofertados por Instituições de Ensino (Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC; Seduc/Cefapro), (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos)		0,5 pontos p/cada 40 horas. Limite 5 pontos
5.3	a) Palestras, seminários, minicursos e conferências na área de educação em instituições reconhecidas pelo MEC- [Certificados válidos apenas dos últimos três anos, <u>(com exceção ao Projeto de Formação Continuada da/na Escola que deve ser do ano vigente)</u>].		0,5 pontos p/cada 40 horas. Limite 5 pontos
5.4	b) Curso específico no componente curricular, ou função de atuação		0,5 pontos p/cada 40 horas.

⁴ GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO Secretaria de Estado de Gestão - Imprensa Oficial-EDITAL DE SELEÇÃO Nº 007/2019/GS/SEDUC/MT. Processo de Atribuição da Seduc - Publicado em Diário Oficial Nº 27625 de 5 de Novembro de 2019. P. 19.

⁵ GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO Secretaria de Estado de Gestão - Imprensa Oficial - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2019/GS/SEDUC/MT. . Publicado em Diário Oficial Nº 27.632 de 14 de Novembro de 2019, P. 15.

em instituições reconhecidas pelo MEC- (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos)	Limite 5 pontos
---	-----------------

Fonte: IN, N° 006/2019/GS/SEDUC/MT.

6 Análises sobre os critérios de pontuação

Os quadros acima apresentam os critérios contidos na ficha de inscrição do PSS/PAS para contagem de pontos e atribuição de aulas. Discutir a pontuação nas duas categorias, formação /titulação e formação continuada.

No item 4.1 os critérios de pontuação não diferem os professores efetivos dos candidatos a contrato temporário, no entanto o subsídio do professor (a) contratado (a) não acompanha o plano de carreira e recebem o salário base para graduação, independente da titulação, seja ela pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

No item 5.0 da formação continuada/ permanente e seus desdobramentos para os professores efetivos, a formação realizada na escola confere a eles uma pontuação máxima de 10 pontos, enquanto aos interinos, apenas 01 ponto. Outro fator questionável é essa formação ter validade de um ano apenas. Por que às 80 horas de formação realizada na escola só tem validade no ano vigente? Se a formação é realizada a partir do diagnóstico das fragilidades escolar (mesmo que genericamente), os estudos realizados, as discussões e as ações planejadas e desenvolvidas na escola não valida o conhecimento dos professores para um prazo de três anos como os demais cursos realizados na área da educação? Por qual motivo teria limitado essa formação ao ano vigente em detrimento de cursos realizados através de outras instituições que tem vigência de três anos, sejam eles na modalidade presencial ou online-EaD? Qual incentivo teria o professor (principalmente o candidato a contrato temporário) em fazer a formação continuada Da/Na escola, discutir os problemas, as fragilidades, realizar estudos teóricos, planejar ações complementares e pontuais para minimizar as lacunas na aprendizagem dos alunos se não tem garantia nenhuma de continuidade de trabalho na unidade? Ou até mesmo aproveitar o investimento pessoal/ tempo dessa formação em outras instituições, pois seus certificados serão mais vantajosos para o cursista na contagem de pontos com durabilidade de dois anos mais.

A formação em destaque propõe estudo, planejamento de ações interventivas, aplicação em sala de aula, avaliações, relatórios e apresentação de um produto final [artigo científico

(Relatos de experiência), portfólio ou banners] e como se pode observar, nem os desdobramentos dessa formação em produções científicas são contabilizados no processo seletivo.

Nos demais itens, a pontuação máxima pressupõe 0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas, com limite de 05 (cinco) pontos. Ou seja, em cada item apresentado, serão 400 horas de curso, tendo o professor candidato a contrato temporário que pretenda ter possibilidade de emprego que garanta a sua subsistência e de sua família, a incumbência de apresentar certificação de 800 horas de curso, ou seja, em média 240 horas de curso mais a formação continuada na escola todos os anos.

Para os professores efetivos, aumenta um item abrindo espaço para (1200 horas) de cursos, seminários, palestras entre outros, além da formação da/na escola (80 horas). Isto dá uma média de 400 horas de curso, mais 80 de formação na escola. Estes têm garantia de vaga, escolha de turmas/ períodos, escola ou permanência da unidade de lotação, também depende da classificação obtida através da contagem de pontos. Para efeito de comparação, o ano letivo na rede estadual de Mato Grosso é de 800 horas, sendo 20 horas semanais. Esta análise sugere algumas reflexões: É possível pensar e priorizar a qualidade das formações continuadas se é das certificações e não da qualidade que advém a subsistência do profissional da e na educação?

Outro ponto discutível no citado processo seletivo, são as certificações de cursos ofertados na escola. Anos anteriores, os projetos pedagógicos desenvolvidos pelos educadores no âmbito escolar passava por avaliação dos critérios estabelecidos pela Unidade e pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), que em assembleia colegiada deferia os projetos e, posteriormente em nova reunião avaliava os relatórios dos resultados e certificava com carga horária proporcional às atividades desenvolvidas. Esses projetos tinham um item específico de pontuação, e foi retirado do processo. O Orientativo PAS 2020⁶ exclui a possibilidade de utilização dessas certificações, bem como de qualquer outro curso realizado no âmbito da escola com aval do CDCE.

Conforme edital Instrução Normativa 006, Edital 007 é explicitado no Orientativo PAS 2020 que, “em relação aos cursos online realizados na modalidade EaD, serão aceitos somente

⁶ MATO GROSSO - Orientativo PAS 2020: disponível em: https://drive.google.com/file/d/1G-XnvwonNgLOQLr_2uWOB_2oUC0bgmbr/view- acesso em 07 de out. de 2020.

aqueles os quais comprove que a instituição certificadora é credenciada pelo MEC e que há compatibilidade de carga horária informada ao tempo de duração”. Ou seja, desde que haja lapso temporal compatível com a quantidade de horas certificadas, o professor cursista pode apresentá-lo por três anos seguidos na inscrição para contagem de pontos do processo. Enquanto aquele projeto de formação continuada da/na escola que é planejado e executado conforme orientações verticalizadas da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso (SEDUC/MT), fiscalizado pelo Centro de Formação e Atualização Profissional (CEFAPRO), mesmo atendendo a todos os critérios estabelecidos, são descartados anualmente, conforme discriminado na ficha de contagem de pontos e reforçado no Orientativo PAS 2020 nos seguintes termos:

Na ficha de inscrição para Contrato Temporário - no item projeto de formação continuada da na escola do ano vigente [...] Vale esclarecer que somente para os profissionais contratados temporariamente nas unidades de ensino da rede estadual em 2019, e que participaram do projeto de formação continuada da/na escola do ano vigente, a carga horária referente a participação no projeto mencionado deverá ser pautada nesse Formulário de Seleção, no entanto, certificados da antiga Sala do Educador o do PEFE mesmo sendo dos últimos 3 anos não são aceitos como formação continuada para o Processo de Atribuição da Seduc – PAS, 2020.

Ainda no que se refere ao projeto da formação continuada realizado na escola, as orientações contidas no documento, quando se refere ao professor (a) efetivo (a), reforça a invalidade das formações dos dois anos anteriores, uma vez que, no formulário de inscrição dos efetivos encontra-se um campo específico para a formação do ano vigente e, portanto, “não serão aproveitados os certificados dos anos anteriores, desse projeto ou outros similares, em qualquer outro campo da pontuação”. Nessa conjuntura, o conhecimento propiciado pela formação realizada na escola é frívolo, considerado inválido pelo órgão governamental Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso.

7 Considerações finais

É inegável a necessidade da formação permanente do professorado que atua na escola mato-grossense, e em qualquer local do país.

São visíveis as mudanças na sociedade que exige do profissional uma nova forma de pensar e desenvolver métodos, técnicas e estratégia de ensino que passa pelo contexto pessoal, familiar, cultural, político e local dos participantes do processo educacional. A mudança na ação educativa perpassa pelo estudo, pela reflexão da prática, pelo compartilhamento de

experiências, pelo diagnóstico real das problemáticas vivenciadas no chão da escola, no dia-a-dia da sala de aula, pelo planejamento, pelo comprometimento entre os pares, pela organização e pelo fazer junto. Trata-se de uma formação fundamentada na perspectiva teórica progressista. No entanto, fica evidente, na política dos sistemas de atribuição de aula dos docentes concursados (efetivos) e nos editais de contratação de professores (interinos), do Estado de Mato Grosso, maior prioridade na quantidade de horas de cursos em desfavor da formação realizada nas escolas. Outro fator preponderante apresentado nas “orientações” da formação da/na escola, é a descontinuidade no processo formativo, pois, cada ano muda o nome e os direcionamentos, apesar de os objetivos serem similares. Nos últimos anos, a formação passou de Sala do Educador (todos os profissionais juntos), para Sala do Professor (separou em dois grupos, professores e área técnica), depois para Projeto de Estudos e Intervenção Pedagógica (PEIP⁷ 2017), Pró Escola Formação na Escola (PEFE⁸-2018), e por último, Projeto de formação continuada Da/Na Escola (2019).

A característica principal permanece. Essas formações são verticalizadas, engessada por determinações quanto ao formato, ao período de início e finalização, bem como a validade da formação deixando pouco espaço de decisão das unidades escolares.

A mudança nos critérios de pontuação (principal ferramenta de acesso ao trabalho docente) ocasionou uma corrida frenética por certificados obtidos em cursos ministrados por *expert*, pois além de mais acessível, tanto na modalidade presencial, quanto EaD, fica o docente descomprometido com as problemáticas educacionais da escola. Esses cursos, seminários, palestras entre outros se apresentam mais vantajosos, dada maior durabilidade (valorização) no Processo seletivo de contratação de professores, conforme ficha de inscrição.

É possível concluir com base nos documentos expedidos pelos órgãos oficiais uma preocupação implícita quanto ao direcionamento das horas atividade dos docentes. Este interesse parece ir além da necessidade de prover espaço de formação continuada/permanente, geradora de mudanças na prática e conseqüentemente melhorias no processo de ensino na educação básica. Mesmo que essa qualificação tenha por finalidade proporcionar avanços na aprendizagem dos professores e dos estudantes da rede pública estadual da educação.

⁷MATO GROSSO. PORTARIA Nº 161/2016/GS/SEDUC/MT: Disponível em: <http://www.mt.gov.br/documents/8125245/9121200/PORTARIA+N%C2%BA+161++DO.+14.04.2016.pdf/7cff69c2-da94-1bff-2716-f53f902cf972>. Acesso em 13 de out. 2020.

⁸MATO GROSSO. Orientativo Pefe 2018. Disponível em: <https://www.slideshare.net/gleibyane/orientativo-pefe-2018-1>. Acesso em 13 de out. de 2020.

Retornando ao questionamento inicial, como trabalhar uma formação continuada/permanente que possibilite a atualização, a inovação e o diálogo entre a teoria, o contexto e a prática educativa, tendo em vista as condições determinadas pela política de seleção de professores? O que se tem como resposta é que são duas vias opostas que não convergem para a mesma finalidade. O modelo de formações valorizado no PAS pode propiciar conhecimento, mas não garante mudança significativa na prática de ensino dos professores, cujo objetivo é proporcionar aprendizagem ao maior quantitativo de estudantes.

Referências

IMBERNON, Francisco. **Formação docente e profissional: Formar para mudança e a incerteza**; [tradução Silvana Cobucci Leite]. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época; v. 14).

_____. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. [tradução de Sandra Trabucco Velenzuela]. São Paulo: Cortez, 2009.

MATO GROSSO: Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9e97251be30935ed03256727003d2d92/178e4c93dbd56778042567c1006edf6b?OpenDocument>: Acesso em 02 de out. 2020.

MATO GROSSO - Orientativo PAS 2020: Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1GXnvwonNgLOQLr_2uWOB_2oUC0bgmbr/view: Acesso em 07 de out. de 2020.

MATO GROSSO - Orientativo do Projeto de Formação Da/Na Escola- Secretaria Adjunta de Gestão Educacional - **Superintendência de Políticas de Desenvolvimento Profissional**. Março/2019.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO Secretaria de Estado de Gestão - **Imprensa Oficial** -INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2019/GS/SEDUC/MT. Publicado em Diário Oficial Nº 27.632 de 14 de Novembro de 2019, P. 15.

_____,Secretaria de Estado de Gestão - **Imprensa Oficial** -EDITAL DE SELEÇÃO Nº 007/2019/GS/SEDUC/MT. Processo de Atribuição da Seduc - Publicado em Diário Oficial Nº 27625 de 5 de Novembro de 2019. P. 19.

NÓVOA, António, Formação de professores e profissão docente. Texto publicado em NÓVOA, António, coord. - "**Os professores e a sua formação**". Lisboa: Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-1008-5. pp. 13-33. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf. Acesso em 08 de out. de 2020.

TRADIF, Maurice. **Saberes docentes e Formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.